

POVOS INDÍGENAS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO TERRITORIAL NO BRASIL

INDIGENOUS PEOPLES, ENVIRONMENTAL EDUCATION, AND LAND MANAGEMENT IN BRAZIL

Anacleide Pereira do Nascimento¹
Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco²
Eliane Maria Souza Nogueira³
Carlos Alberto Batista Santos⁴
Wbaneide Martins de Andrade⁵

RESUMO: Este estudo analisa tematicamente a produção científica sobre povos indígenas, educação ambiental e gestão territorial no Brasil (2012-2025), identificando desafios e estratégias de manejo sustentável em Terras Indígenas. Realizou-se uma revisão sistemática orientada pelo PRISMA 2020 com buscas em seis bases de dados nacionais e internacionais. Foram recuperados 2.289 registros; após remoção de duplicatas e triagens, 38 estudos compuseram o *corpus*. A análise bibliométrica mostrou concentração de publicações a partir de 2020, maior incidência de estudos no Norte e Centro-Oeste e predominância dos biomas Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado. A análise temática identificou sete eixos temáticos inter-relacionados: epistemologias indígenas e conhecimentos ecológicos tradicionais; educação ambiental intercultural e decolonial; identidade, memória e resistência cultural; práticas de manejo territorial e ambiental; conflitos socioambientais e injustiças territoriais; protagonismo indígena e gestão territorial autônoma; e mudanças climáticas e justiça climática. Os achados indicam que a sustentabilidade territorial indígena depende da articulação entre saberes tradicionais, educação ambiental, instrumentos como Planos de Gestão Territorial e Ambiental e garantia de direitos territoriais frente a pressões do agronegócio, projetos de infraestruturas e violências. Persistem lacunas sobre resíduos sólidos e sobre o monitoramento de políticas e planos, apontando prioridades para pesquisas e políticas públicas.

Palavras-chave: Ecologia Humana. Sustentabilidade. Governança Ambiental.

¹Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus III*, Juazeiro, Bahia.

²Coorientadora: Docente efetiva do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus III*, Juazeiro/BA, Brasil.

³Coorientadora: Docente do Curso de Graduação em Biologia na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus VIII* Paulo Afonso, BA, Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus III*, Juazeiro, Bahia.

⁴Docente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus III*, Juazeiro, Bahia.

⁵Orientadora: Docente do Curso de Graduação em Biologia e Pesquisadora do Centro OPARÁ na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus VIII* Paulo Afonso, BA, Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus III*, Juazeiro, Bahia.

ABSTRACT: This study thematically analyzes scientific literature on indigenous peoples, environmental education, and territorial management in Brazil (2012-2025), identifying challenges and strategies for sustainable management in Indigenous Lands. A systematic review guided by PRISMA 2020 was conducted, with searches in six national and international databases. A total of 2,289 records were retrieved; after removing duplicates and screening, 38 studies comprised the corpus. The bibliometric analysis revealed a concentration of publications starting in 2020, a higher incidence of studies in the North and Midwest regions, and a predominance of the Amazon, Atlantic Forest, and Cerrado biomes. The thematic analysis identified seven interrelated thematic axes: Indigenous epistemologies and traditional ecological knowledge; intercultural and decolonial environmental education; identity, memory and cultural resistance; territorial and environmental management practices; socio-environmental conflicts and territorial unfairness; Indigenous protagonism and autonomous territorial management; and climate change and climate justice. The findings indicate that indigenous territorial sustainability depends on the integration of traditional knowledge, environmental education and instruments such as Territorial and Environmental Management Plans, as well as the assurance of territorial rights in the face of pressures from agribusiness, infrastructure projects and violence. Still remains flaws in regards to solid waste and monitoring of policies and plans, highlighting priorities for research and public policy.

Keywords: Human Ecology. Sustainability. Environmental administration.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a diversidade étnica dos povos indígenas é expressiva, com cerca de 1,7 milhão de indígenas distribuídos em aproximadamente 305 etnias diferentes, que falam mais de 274 línguas e ocupam 13,9% do território nacional em 517 Terras Indígenas oficialmente reconhecidas, cada uma com características culturais e sociais próprias (IBGE, 2022). A partir de suas trajetórias históricas e de sua experiência cotidiana nos territórios, esses povos produzem e atualizam saberes ecológicos, frequentemente deslegitimados pela racionalidade dominante, embora sejam centrais para orientar formas próprias de cuidado, uso e manejo ambiental e territorial, com importante papel na conservação da biodiversidade (Santos, 2018).

No cenário das crises socioambientais contemporâneas, caracterizadas por mudanças climáticas aceleradas, perda de biodiversidade, degradação de ecossistemas e intensificação de conflitos territoriais (Brasil, 2024), os povos indígenas enfrentam ameaças crescentes em seus territórios no Brasil. Entre elas destacam-se, invasões territoriais, desmatamento ilegal, pesca ilegal, garimpo, expansão do agronegócio, grandes projetos de infraestrutura, além da omissão

estatal na demarcação de terras. Essas pressões são frequentemente acompanhadas por diferentes formas de violência, incluindo intimidações, assédios, tentativas de subornos e ameaças de morte (CIMI, 2022).

Nesse contexto adverso, os conhecimentos e práticas indígenas emergem não apenas como estratégias de resistência e proteção territorial, mas também como alternativas epistemológicas ao modelo desenvolvimentista hegemônico. Esses saberes sustentam modos de relação com a natureza baseadas no cuidado, na reciprocidade e na continuidade socioecológica (Krenak, 2019; Lazos-Chavero *et al.*, 2023). Nas duas últimas décadas, observa-se, ainda, o fortalecimento do protagonismo indígena em diferentes níveis da governança ambiental e climática, tanto no plano internacional quanto na gestão cotidiana de seus territórios.

Os movimentos indígenas têm participado de conferências internacionais, da elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e da articulação de redes de resistência com organizações da sociedade civil, organizações não governamentais (ONGs) e instituições públicas. Mesmo diante de pressões e ataques, essas frentes de atuação têm ampliado a incidência política indígena e fortalecido sua participação na formulação de políticas públicas e na defesa de seus territórios (Goh, 2024). Assim, fortalecem sua presença em espaços decisórios e articulam processos de educação ambiental e práticas de gestão territorial orientados às dimensões ambientais e sociais dos territórios.

A educação ambiental, nos processos educativos formais e não formais, quando articulada a perspectivas interculturais e decoloniais, constitui um campo importante para o diálogo entre saberes indígenas e científicos, para o fortalecimento identitário e para a formação de coletivos capazes de atuar na gestão territorial autônoma (Jesus, 2025; Rodrigues; Duran, 2024). Nesse aspecto, reconstruir a compreensão da natureza a partir dos conhecimentos ancestrais requer um processo formativo que prepare os sujeitos para agir politicamente diante dos problemas socioambientais, promovendo uma educação cidadã e crítica que valorize o respeito à natureza e contribua com a continuidade da vida no planeta (Jesus, 2025).

A gestão territorial e ambiental, por sua vez, constitui um campo de práticas, conhecimentos e políticas situado na intersecção entre conservação ambiental, direitos territoriais, autonomia política e sustentabilidade socioeconômica (FUNAI, 2023). No Brasil os PGTAs emergiram como instrumentos de planejamento e gestão local, voltados à valorização e à conservação dos patrimônios material e imaterial indígenas, à melhoria das condições de

vida e ao fortalecimento do protagonismo e da autonomia dos povos na gestão de seus territórios e recursos naturais (FUNAI, 2013). No entanto, a implementação dos PGTA enfrenta desafios como escassez de recursos financeiros, burocratização excessiva e descontinuidade das políticas públicas, que dificulta a continuidade das ações. Além disso, persistem tensões entre as lógicas de planejamento estatal e as formas próprias de organização territorial indígena, o que pode comprometer a efetividade dos planos (FUNAI, 2013).

Diante da articulação entre dimensões territoriais, educacionais, ambientais e políticas, é necessário compreender como a produção científica tem construído interpretações sobre as relações entre povos indígenas e o meio ambiente no Brasil. Isso envolve identificar os temas priorizados, sua evolução temporal, as perspectivas teóricas mobilizadas, bem como os povos indígenas, regiões e biomas que têm sido mais investigados, além das lacunas persistentes na literatura. Essas indagações extrapolam o interesse estritamente acadêmico, pois têm implicações diretas para a formulação de políticas públicas, para o fortalecimento das lutas indígenas por direitos e autonomia e para a construção de alternativas frente às crises socioambientais contemporâneas.

Apesar do crescimento da produção científica sobre povos indígenas no Brasil, a literatura ainda reúne poucos estudos sistematizados voltados à articulação entre educação ambiental e gestão territorial indígena. Estudos anteriores têm se concentrado em dimensões específicas, como educação escolar indígena, conhecimentos ecológicos tradicionais ou conflitos territoriais (Bergamaschi; Sousa, 2015; Cavallo, 2018; CIMI, 2022; Diegues; Arruda, 2001; Silva; Ferreira, 2001; Soares *et al.*, 2021). Permanecem menos frequentes, entretanto, análises capazes de integrar essas múltiplas dimensões, identificar padrões, mapear lacunas e examinar a evolução do campo ao longo do tempo. Essa limitação adquire maior relevância diante da intensificação das crises socioambientais que incidem sobre os povos indígenas e da necessidade de conhecimento sistematizado que subsidie políticas públicas e fortaleça as lutas indígenas.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo sistematizar e analisar a produção científica sobre povos indígenas, em articulação com a educação ambiental e gestão territorial no Brasil (2012-2025), com o intuito de caracterizar o *corpus* de publicações e identificar os principais eixos temáticos que estruturam o campo de investigação, bem como suas inter-relações.

METODOLOGIA

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa e caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura. Trata-se de um procedimento metodológico que emprega métodos explícitos e reproduzíveis para buscar, selecionar, avaliar e sintetizar evidências com base em critérios previamente definidos, com o objetivo de minimizar vieses e responder a uma questão de pesquisa específica (Higgins *et al.*, 2024; Petticrew; Roberts, 2006). A condução da revisão foi orientada pelo protocolo PRISMA 2020 (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), que reúne diretrizes para o relato de revisões sistemáticas e inclui um diagrama de fluxo destinado à apresentação das etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos. Sua adoção contribui para maior transparência, rastreabilidade e padronização na descrição do processo de revisão (Page *et al.*, 2021).

A questão norteadora desta pesquisa foi elaborada com base na estratégia PICO, acrônimo amplamente empregado em revisões de natureza qualitativa (Karino; Felli, 2012). Nessa abordagem, cada componente é definido de acordo com o escopo e delimitação do estudo: “P” corresponde aos participantes da pesquisa, “I” ao fenômeno de interesse e “Co” ao contexto do estudo. A partir dessa estrutura, formulou-se a seguinte questão: como a educação ambiental e a gestão territorial tem sido desenvolvidas para enfrentar os principais desafios socioambientais nos territórios indígenas do Brasil? Em seguida, foram definidos os descritores correspondentes a cada componente da estratégia PICO, os quais orientaram a busca bibliográfica.

As buscas foram realizadas em bases de dados multidisciplinares, com indexação nacional e internacional, acessadas pelo portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), via Comunidade Acadêmica Federada (CAFe): SciELO, ScienceDirect, Scopus, Springer Nature e Web of Science, além de Google Scholar, utilizado como ferramenta complementar de busca. As consultas foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2025. Utilizou-se os descritores: “educação ambiental”, “gestão ambiental”, “sustentabilidade”, “conhecimento ecológico tradicional”, “território indígena”, “comunidade indígena”, “povo indígena”, “indígena brasileiro”, “problemas socioambientais” e “Brasil”, em português, espanhol e inglês, conforme as especificidades de cada base, os termos foram combinados por meio de operadores booleanos AND e OR. Para aumentar a precisão das buscas,

os descritores foram aplicados aos campos de título, resumo e palavras-chave. Quando possível, utilizou-se o operador de truncamento asterisco (*) para contemplar variações de singular e plural, enquanto os descritores compostos foram inseridos entre aspas, permitindo recuperar o termo exato.

O recorte temporal adotado compreendeu o período de janeiro de 2012 a dezembro de 2025. Essa delimitação se justifica, pelo fato de que no ano de 2012 ocorreu a promulgação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), marco regulatório que fortaleceu os processos de gestão territorial ao estabelecer diretrizes para proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais em terras indígenas. A política também contribuiu para reforçar o protagonismo e a autonomia sociocultural dos povos indígenas, além de consolidar seus direitos sobre os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e ao patrimônio genético existentes em seus territórios (Brasil, 2012).

Após a realização das buscas nas bases de dados, os registros recuperados foram exportados para o *software Rayyan* (Ouzzani *et al.*, 2016), utilizado para triagem, remoção de duplicatas e registro das decisões de inclusão e exclusão. Após a exclusão das duplicatas, a seleção dos estudos ocorreu em duas etapas: na primeira, realizou-se a leitura dos títulos e resumos; na segunda, procedeu-se à leitura integral dos artigos pré-selecionados. Para essa etapa, adotou-se os seguintes critérios: a) inclusão: artigos científicos completos, publicados em periódicos entre 2012 e 2025, que investigam territórios indígenas brasileiros e abordam práticas de educação ambiental e/ou gestão ambiental e territorial, com texto completo disponível em português, inglês ou espanhol; b) exclusão: artigos indisponíveis na íntegra, resumos, monografias, dissertações, teses, livros, estudos sobre povos tradicionais não indígenas e pesquisas realizadas fora do Brasil. O fluxograma PRISMA 2020 foi utilizado para representar as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos artigos (Page *et al.*, 2021).

A análise dos dados foi conduzida por meio da Análise Temática, método adequado à síntese interpretativa de revisões qualitativas, por possibilitar a identificação de padrões recorrentes, categorias conceituais e eixos interpretativos emergentes do conteúdo analisado, preservando o contexto e a profundidade dos achados metodologicamente heterogêneos (Braun; Clarke, 2006), seguindo as seis fases propostas pelas autoras, iniciou-se com a familiarização com os dados, mediante leitura integral e repetida dos estudos selecionados, acompanhada de

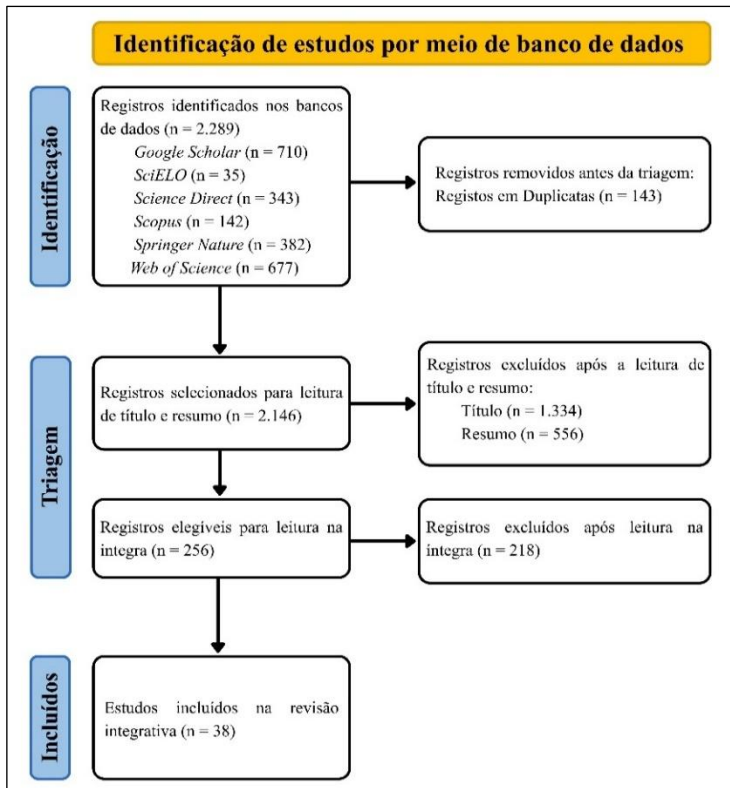
anotações sobre padrões e conteúdos relevantes. Nessa etapa, também foi realizada a extração sistemática de informações bibliométricas e analíticas, por meio de um formulário padronizado contendo: autores, ano de publicação, periódico, DOI, recorte geográfico, povo indígena investigado, tipo de estudo, objetivos, resultados, contribuições, lacunas identificadas, palavras-chave e referencial teórico.

Na etapa seguinte, procedeu-se à codificação inicial de todo o material analisado, combinando abordagem indutiva, orientada pelos dados, e uma abordagem dedutiva, orientada pelo referencial teórico sobre educação ambiental, conhecimentos tradicionais e gestão territorial indígena. Posteriormente, os códigos foram agrupados em temas potenciais, com apoio de mapeamento visual para organizar relações e hierarquias entre as categorias emergentes. Na fase de revisão, os temas foram refinados quanto à coerência interna e à distinção entre si, resultando na consolidação dos temas finais. Por fim, os temas foram definidos e nomeados, com identificação de subtemas e seleção de citações ilustrativas, etapa que subsidiou a apresentação e a discussão dos resultados neste artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta revisão de literatura, foram recuperados 2.289 registros, distribuídos entre as bases de dados *Google Scholar* (31,0%), *SciELO* (1,5%), *ScienceDirect* (15,0%), *Scopus* (6,2%), *Springer Nature* (16,7%) e *Web of Science* (29,6%). Desse total, 143 (6,2%) registros duplicados foram removidos antes da primeira etapa da triagem. Assim, 2.146 (93,8%) estudos permaneceram para etapa de leitura de título e resumo. Nessa etapa, 1.334 (62,2%) registros foram excluídos com base no título e 556 (25,9%) no resumo, totalizando 1.890 (88,1%) exclusões. Desta forma, 256 (11,9%) estudos foram considerados elegíveis para a leitura na íntegra. Na etapa da elegibilidade, após a leitura completa dos textos, 218 (85,2%) registros foram excluídos, resultando em um *corpus* final de 38 estudos, o que corresponde a 14,8% dos textos avaliados na íntegra e a 1,7% do total inicialmente identificado. A síntese do processo de identificação, triagem e seleção dos estudos é apresentada na Figura 1, estruturada conforme as recomendações do protocolo PRISMA 2020 (Page *et al.*, 2021).

Figura 1: Fluxograma PRISMA do processo de identificação, triagem e seleção de estudos.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Para caracterizar o perfil dos estudos incluídos nesta pesquisa, realizou-se uma análise bibliométrica descritiva, voltada à identificação de padrões de distribuição temporal, espacial e socioecológica, bem como à contextualização de tendências e lacunas no campo de investigação (Donthu *et al.*, 2021). O Quadro 1 sistematiza dados analisados no *corpus*, permitindo a leitura comparativa do conjunto de estudos e subsidiando as análises apresentadas neste estudo.

Quadro 1. Dados bibliométricos dos estudos incluídos na revisão. As referências estão organizadas em ordem crescente do ano de publicação. **TI:** Terra Indígena; **RI:** Reserva Indígena; **CI:** Comunidade Indígena; **AI:** Aldeia Indígena.

Estudo	Autores/ano	Identificação Indígena	Localização	Povo Indígena	Bioma
Eo1	Guimarães; Henkes (2012)	TI Mbiguaçu; AI Mbiguaçu	Biguaçu - SC	Guarani M'byá	Mata Atlântica
Eo2	Mattos <i>et al.</i> (2013)	TI Ynawebohoña; AI Velho	Ilha do Bananal - TO	Javaé	Cerrado/Amazônia

E03	Welch <i>et al.</i> (2013)	RI Pimentel Barbosa	Bacia do Rio Araguaia - MT	Xavante	Cerrado
E04	Barros; Oaigen (2014)	CI Malacacheta	Cantá - RR	Wapichana	Amazônia
E05	Welch (2014)	TI Wedezé	Cocalinho - MT	Xavante	Cerrado
E06	Constantino (2015)	TI Kaxinawa (do Rio Breuá; do Rio Jordão; do Baixo Rio Jordão; da Praia do Carapana; do Seringal Independência; Nova Olinda; do Seringal Currálinho; do Rio Humaitab); TI Igarapé do Caucho; TI Alto Rio Purusc	AC	Kaxinawa	Amazônia
E07	Cochran <i>et al.</i> (2016)	TI do Alto Rio Negro	Entre São Gabriel da Cachoeira - AM; Japurá - AM	Tukano	Amazônia
E08	Falcão; Oliveira; Galdino (2016)	TI Raposa Serra do Sol; CI Manalai; CI Mapaé; CI Serra do Sol	Uiramutã - RR	Ingarikó	Amazônia
E09	Barbosa <i>et al.</i> (2017)	TI Paiterey Karah; AI Lapetanha	Cocal - RO	Paiter Suruí	Amazônia
E10	Maciel; Landim Neto; Silva (2017)	TI Lagoa da Encantada	Aquiraz - CE	Jenipapo Kanindé	Mata Atlântica
E11	Zaks; Silva (2017)	TI Tekoha Takwara	Dourados - MS	Guarani Kaiowá	Mata Atlântica
E12	Guimarães (2018)	TI Te'yikue	Caarapó - MS	Guarani Kaiowá	Cerrado
E13	Monzilar (2018)	TI Umutina; AI Umutina	Barra do Bugres - MT	Umutina	Cerrado
E14	Cornélio <i>et al.</i> (2019)	TI Rio das Cobras; CI Sede; CI Vila Nova; CI Encruzilhada	Nova Laranjeiras - PR	Kaingang	Mata Atlântica
E15	Galdino <i>et al.</i> (2019)	TI São Marcos; CI Boca da Mata	Pacaraíma - RR	Macuxi; Wapichana; Taurepang; Sapará; Tukano	Amazônia
E16	Gonçalves (2020)	TI Potiguara; AI Lagoa do Mato; AI Camurupim; AI Alto do Tambá; AI Brejinho; AI Três Rios; AI Benfica; AI Lagoa do Mato; AI Tramataia; AI Coqueirinho do Norte	Rio Tinto - PB	Potiguara	Mata Atlântica
E17	Linke <i>et al.</i> (2020)	TI do Rio Paru de Leste	Almerim - PA	Wayana; Aparai	Amazônia
E18	Matuk <i>et al.</i> (2020)	TI Kaxinawá Nova Olinda	Feijó - AC	Kaxinawá	Amazônia
E19	Padilha; Yxapyry; Cassiany (2020)	TI Morro dos Cavalos	Palhoça - SC	Guarani M'byá	Mata Atlântica

E20	Silva; Filgueira (2020)	CI Catu	Entre Goianinha - RN; Ganguaretama - RN	Potiguara	Caatinga	
E21	Fernandes <i>et al.</i> (2022)	TI Rio Branco	Itanhaém - SP	Guarani M'byá	Mata Atlântica	
E22	Lopes; Noda (2022)	TI Sururuá; CI Nova Aliança	Benjamin Constant - AM	Cocama	Amazônia	
E23	Louzada <i>et al.</i> (2022)	TI Trocará; CI Assurini	Tucuruí - PA	Assurini	Amazônia	
E24	Medeiros; Ramires (2022)	TI Te'yikue	Caarapó - MS	Guarani Kaiowá	Cerrado	
E25	Melo; Santos (2022)	Silva; Filho	TI Governador; AI	Amarante - MA	Gavião Pyhcop Catiji	Cerrado/Amazônia
E26	Rocha <i>et al.</i> (2022)	TI Kayabi	Entre Apiacá - MT; Jacareacanga - PA	Kawaiwete	Amazônia	
E27	Scanavaca (2022)	TI Morro dos Cavalos	Palhoça - SC	Guarani M'byá	Mata Atlântica	
E28	Tito; Giralдин (2022)	Silva; AI Canuanã	Ilha do Bananal - TO	Javaé	Cerrado/Amazônia	
E29	Ayres; Antiquiera; Brando (2023)	TI Rio das Cobras	Nova Laranjeiras - PR	Kaingang	Mata Atlântica	
E30	Franco-Moraes, Braga e Clement, (2023)	TI Zo'é	Óbidos - PA	Zo'é	Amazônia	
E31	Lima <i>et al.</i> (2023)	TI Governador	Amarante - MA	Gavião Pyhcop Catiji	Cerrado/Amazônia	
E32	Almeida; Domingues (2024)	TI Trocará; CI Assurini	Tucuruí - PA	Assurini	Amazônia	
E33	Campani (2024)	AI Nova Esperança	Manaus - AM	Baré	Amazônia	
E34	Leal Filho <i>et al.</i> (2024)	TI Yanomami	RR	Yanomami	Amazônia	
E35	Nascimento; Medeiros (2024a)	TI Taunay/Ipegue; AI Lagoinha	Aquidauana - MS	Terena	Cerrado/Pantanal	
E36	Nascimento; Medeiros (2024b)	TI Taunay/Ipegue; AI Lagoinha	Aquidauana - MS	Terena	Cerrado/Pantanal	
E37	Nascimento; Medeiros (2024c)	TI Taunay/Ipegue; AI Lagoinha	Aquidauana - MS	Terena	Cerrado/Pantanal	

E38	Gislotti <i>et al.</i> (2025)	RI Tekoha Tapy Kora; TI Tekoha Yv'ya Kandire	Amambai - MS	Guarani Kaiowá	Mata Atlântica
-----	----------------------------------	---	--------------	-------------------	-------------------

Fonte: Elaborado pelos autores.

A distribuição temporal das publicações abrangeu o período de 2012 a 2025, com maior concentração de estudos nos anos mais recentes, contudo sem ocorrência de publicação no ano de 2021, evidenciando descontinuidade na série temporal dos estudos incluídos. O maior volume ocorreu em 2022, com 8 (21,1%) estudos, seguido de 2024, com 6 (15,8%) estudos e 2020, com 5 (13,2%) estudos. No conjunto, 23 (60,5%) estudos foram publicados a partir de 2020, indicando intensificação da produção científica nos últimos cinco anos. Em contraste aos anos iniciais do recorte temporal que apresentaram baixa frequência anual de publicações, como 2012 e 2015 que registraram 1 (2,6%) estudo cada.

A análise temporal permitiu identificar três períodos distintos de desenvolvimento da produção científica sobre povos indígenas, educação ambiental e gestão territorial no Brasil. O primeiro período compreende os anos de 2012 a 2016 (E01 a E08; 21,1%), fase inicial do recorte analisado, marcada por publicações esparsas, e predominância de estudos sobre conhecimentos tradicionais e práticas de manejo local indígenas, desenvolvidos por meio de abordagens descritivas e exploratórias. No campo teórico, destacam-se conceitos como conhecimento ecológico tradicional, território, educação diferenciada e interculturalidade.

O segundo período abrange os anos de 2017 a 2020 (E09 a E20; 31,6%), fase de consolidação do campo, com crescimento gradual das publicações e maior ênfase em temas relacionados à educação intercultural e à gestão territorial indígenas, frequentemente desenvolvidas por metodologias participativas e colaborativas. Nesse período, os estudos passam a dialogar com referenciais teóricos associados à educação ambiental crítica, à justiça ambiental, à decolonialidade e racismo ambiental, articulando questões indígenas a debates sobre justiça socioambiental e descolonização.

O terceiro período corresponde aos anos de 2022 a 2025 (E21 a E38; 47,3%) e representa uma fase de expansão do campo de estudos, em que se observa maior diversidade de abordagens e ampliação das discussões sobre mudanças climáticas, justiça climática e às crises humanitárias, em abordagens críticas e decoloniais. No plano teórico, sobressaem discussões sobre justiça climática, memória biocultural, ecologia de saberes e epistemologias do Sul, indicando crescente

aproximação entre os estudos indígenas, os debates decoloniais e as agendas globais de sustentabilidade.

Para além do amadurecimento acadêmico do campo, essa evolução temporal acompanha mudanças no contexto político e socioambiental brasileiro, especialmente entre 2019 e 2022. Esse intervalo foi marcado pela intensificação de ameaças aos direitos indígenas e por ataque à ciência, às instituições e às políticas públicas, além do agravamento da destruição ambiental durante o governo de Jair Bolsonaro (Silva; Fearnside, 2022). Em escala global, esse período também se articula ao fortalecimento de debates sobre a emergência de crises climáticas, sanitárias e humanitárias, evidenciado entre outros marcos, pela realização da COP30 em Belém (PA), em novembro de 2025 (Ribeiro; Marques, 2025).

Em relação à distribuição espacial, os estudos abrangem todas as regiões brasileiras e contemplam 15 estados, com maior concentração nas regiões Norte e Centro-Oeste. Considerando a localização por unidade federativa, incluindo o estudo E26, de abrangência interestadual, a Região Norte reúne 17 (44,7%) registros, distribuídos entre Acre (5,3%), Amazonas (7,9%), Pará (13,2%), Rondônia (2,6%), Roraima (10,5%) e Tocantins (5,3%). Em seguida, a Região Centro-Oeste, concentra 11 (28,9%) registros, localizados em Mato Grosso (10,5%) e Mato Grosso do Sul (18,4%). As regiões Nordeste e Sul apresentam 5 (13,2%) registros cada. No Nordeste, os estudos distribuem-se entre Ceará (2,6%), Maranhão (5,3%), Paraíba (2,6%) e Rio Grande do Norte (2,6%); no Sul, entre Paraná (5,3%) e Santa Catarina (7,9%). A Região Sudeste, aparece com apenas 1 registro, localizado em São Paulo (2,6%).

Esse padrão regional articula-se diretamente ao recorte socioecológico dos estudos incluídos nesta pesquisa, no qual predominam investigações em Terras indígenas situadas na Amazônia com 15 (39,5%) dos estudos abrangendo um único bioma e 19 (50,0%) quando considerando os estudos que abrangem múltiplos biomas. A Mata Atlântica aparece em 10 (26,3%) estudos, já o Cerrado, com participação relevante, aparece em 5 (13,2%) estudos que abrangem um único bioma e 12 (31,6%) que abrangem múltiplos biomas. Entre os registros com múltiplos biomas, destacam-se as combinações Cerrado/Amazônia com 4 (10,5%) estudos, e Cerrado/Pantanal com 3 (7,9%) estudos, enquanto a Caatinga aparece em apenas 1 (2,6%) estudo.

A concentração de estudos nos estados das regiões Norte e Centro-Oeste, especialmente naqueles associados à Amazônia e ao Cerrado/Pantanal, é coerente com a distribuição

demográfica e territorial indígena do país. De acordo com o Censo de 2022, do IBGE, mais da metade da população indígena brasileira (51,2%) está concentrada na Amazônia Legal, área que abrange grande parte dos estados dessas regiões e reúne muitas Terras Indígenas no conjunto de áreas protegidas (IBGE, 2022). Ao mesmo tempo, a baixa incidência de estudos na Caatinga e a menor participação relativa dos estados do Nordeste no *corpus* analisado, podem ser compreendidas à luz de processos históricos de colonização, invisibilização e negação de identidades indígenas, somados às pressões acumuladas sobre a vegetação nativa. Esse cenário reforça a necessidade de ampliar investigações nesse recorte e de incorporá-lo com maior centralidade nas agendas futuras de pesquisa (ISA, 2025).

No contexto da distribuição territorial e socioecológica identificada, torna-se importante explicitar quais povos indígenas foram contemplados nos estudos analisados. Ao todo, foram identificados 26 povos indígenas, com maior recorrência concentrada em poucas etnias e ampla ocorrência de registros únicos. Destacaram-se os povos *Guarani M'byá* e *Guarani Kaiowá* com 4 (10,5%) ocorrências cada e o povo *Terena*, com 3 (7,9%) registros, esse padrão pode refletir tanto a amplitude territorial desses povos quanto a intensidade dos conflitos fundiários que enfrentam, especialmente no estado de Mato Grosso do Sul (Nardoque; Melo, 2020). Os povos como *Assurini*, *Gavião Pyhcop Catiji*, *Javaé*, *Kaingang*, *Kaxinawá*, *Potiguara*, *Tukano*, *Wapichana* e *Xavante* apresentaram 2 (5,3%) ocorrências cada. A maioria dos povos aparece com apenas uma (2,6%) ocorrência, totalizando 14 etnias. Esse resultado indica, por um lado, a diversidade étnica no *corpus* analisado e, por outro, evidencia que a baixa recorrência de estudos sobre determinados povos limita análises comparativas e inferências mais consistentes no campo.

A análise temática do *corpus* identificou sete temas centrais que estruturam a produção científica sobre povos indígenas, educação ambiental e gestão territorial no Brasil. Esses temas coocorrem nos estudos, indicando articulações entre dimensões conceituais e empíricas. Os conhecimentos tradicionais configuram-se como eixo recorrente, articulando-se às práticas educativas, à identidade cultural e às estratégias de manejo territorial. Os conflitos territoriais atravessam múltiplas dimensões, com implicações para processos educativos, identitários e de gestão. As mudanças climáticas, embora menos frequentes nos estudos mais antigos, tendem a integrar progressivamente aos demais temas conforme a evolução temporal

do *corpus*. Cada tema foi desdobrado em quatro subtemas interdependentes, os quais refinam e especificam os códigos identificados no material analisado (Braun; Clarke, 2006).

1. Epistemologias indígenas e conhecimentos ecológicos tradicionais

Este tema reúne sistemas de conhecimento indígenas sobre o meio ambiente, transmitidos entre as gerações por meio da oralidade, de práticas cotidianas e de rituais. Inclui saberes sobre biodiversidade, ciclos naturais, manejo de recursos, cosmologia e ontologias relacionais com a natureza, elementos que sustentam a identidade cultural e a reprodução social dos povos indígenas. O tema apresentou recorrência em 35 (92,1%) estudos.

O subtema *Transmissão intergeracional de saberes* (28 ocorrências), destaca processos de oralidade e aprendizagem situada, com papel central de anciãos e participação progressiva de crianças e jovens nas atividades comunitárias (Guimarães; Henkes, 2012; Padilha; Ixapyry; Cassiani, 2020). Esse eixo se articula ao subtema *Conhecimento etnobotânico e agrobiodiversidade* (22 ocorrências), no qual plantas medicinais, alimentícias e ritualísticas, assim como sistemas agrícolas tradicionais, aparecem como dimensões práticas e simbólicas do manejo (Falcão; Oliveira; Galdino, 2016; Fernandes *et al.*, 2022). O subtema *Calendários ecológicos indígenas* (18 ocorrências) refere-se a tecnologias socioculturais de leitura do tempo e do ambiente que orientam atividades como caça, pesca, coleta e plantio, além de favorecer a interpretações de alterações ambientais percebidas no território (Mattos *et al.*, 2013; Cochran *et al.*, 2016). Por fim, o subtema *Cosmologias e ontologias relacionais* (15 ocorrências) enfatiza vínculos de reciprocidade, comunicação e interdependência entre humanos e não humanos, deslocando concepções e redefinindo a própria ideia de natureza e dos sentidos atribuídos ao manejo (Welch, 2014; Padilha; Ixapyry; Cassiani, 2020).

Em conjunto, o tema indica que os conhecimentos ecológicos tradicionais não se reduzem a "saberes práticos", mas constituem sistemas epistemológicos integrados a dimensões cosmológicas, éticas e espirituais. A transmissão intergeracional destes conhecimentos enfrenta desafios contemporâneos, como a escolarização baseada em matrizes ocidentais, sedentarização, perda territorial e influências externas, mas também evidencia processos de resiliência e de adaptação nos diferentes contextos socioambientais.

2. Educação ambiental intercultural e decolonial

Este tema reúne processos educativos formais e não formais que articulam saberes indígenas e científicos, com ênfase no diálogo intercultural, no fortalecimento identitário e na formação orientada à autonomia territorial. Os estudos discutem criticamente modelos educacionais colonizadores e destacam a construção de pedagogias próprias situadas nos territórios. O tema apresentou recorrência em 32 (84,2%) estudos.

O subtema *Educação escolar indígena diferenciada* (24 ocorrências) aparece como eixo recorrente, amparado por marcos normativos como a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9.394/1996, e discutido como espaço de reconstrução territorial e política, capaz de fortalecer identidades e lideranças, embora atravessado por tensões e limitações estruturais de implementação (Guimarães, 2018; Nascimento; Medeiros, 2014b). Em paralelo, o subtema *Educação Ambiental em espaços não formais* (16 ocorrências) evidencia que a aprendizagem indígena se territorializa em práticas cotidianas, rituais e deslocamentos em ambientes como mata, rio e roça. Nesses contextos, a transmissão de conhecimentos envolve dimensões éticas e cosmológicas e ocorre por participação e convivência, em contraste com a compartimentalização disciplinar (Padilha; Ixapyry; Cassiani, 2020; Almeida; Domingues, 2024).

Esses dois eixos se articulam ao subtema *Pedagogias decoloniais e interculturalidade crítica* (19 ocorrências), no qual a educação ambiental é compreendida como prática politicamente situada, associada a narrativas de resistência e à transformação das relações de poder no cotidiano escolar. Os estudos enfatizam aspectos como língua, participação comunitária e centralidade do território, em oposição a abordagens restritas à inserção pontual de conteúdos indígenas (Zaks; Silva, 2017; Padilha; Ixapyry; Cassiani, 2020). Por fim, o subtema *Educação ambiental crítica e participativa* (14 ocorrências) fundamentado em Paulo Freire, reúne metodologias de problematização e ação coletiva orientadas à leitura dos conflitos e à construção de respostas comunitárias. Nessa perspectiva, os problemas ambientais não são explicados como “falta de consciência”, mas relacionados a desigualdades históricas e omissões institucionais que estruturam vulnerabilidades nos territórios indígenas (Maciel; Landim Neto; Silva, 2017; Silva; Filgueira, 2020).

Assim, o tema evidencia que a educação ambiental em contextos indígenas não se reduz à conscientização sobre problemas ambientais nem à simples inclusão de conteúdos indígenas em currículos de matriz ocidental. Trata-se de um processo formativo que articula espaços

formais e não formais, envolvendo diálogo intercultural, fortalecimento identitário e formação política, posicionando-se criticamente diante de estruturas coloniais de saber e de poder.

3. Identidade, memória e resistência cultural

Este tema aborda sobre os processos de construção, afirmação e transmissão de identidades culturais indígenas em contextos de pressão para integração à cultura dominante e de ameaças territoriais. Inclui o papel da memória coletiva, das narrativas de resistência e das práticas culturais como estratégias de continuidade sociocultural e fortalecimento político. O tema apresentou recorrência em 30 (78,9%) estudos.

O subtema *Memória biocultural e as narrativas orais* (22 ocorrências) configura-se como eixo estruturante ao integrar história, território, ecologia e cosmologia em relatos que funcionam como formas de conhecimento e orientação ética para o cuidado com a natureza e a defesa do território. Esses registros também sustentam reivindicações políticas, incluindo processos de retomadas de territórios ancestrais (Nascimento; Medeiros, 2024; Zaks; Silva, 2017). Articulado a esse núcleo, o subtema *Língua materna e identidade* (18 ocorrências) destaca a língua como marcador identitário e meio privilegiado de transmissão de conceitos e categorias próprias, cuja tradução para o português é, muitas vezes, parcial. Nesse sentido, a revitalização linguística e seu uso na educação escolar indígena diferenciada relacionam-se à preservação de saberes, à nomeação de espécies e lugares e à continuidade cultural (Padilha; Ixapyry; Cassiani, 2020; Nascimento; Medeiros, 2024c).

O subtema *Rituais, festas e práticas culturais* (20 ocorrências) aparece como dispositivo de aprendizagem, coesão comunitária e vínculo territorial, por meio de ritos e manifestações culturais que combinam dimensões produtivas, pedagógicas e cosmológicas e reafirmam relações de reciprocidade com o ambiente (Welch, 2014; Tito; Silva; Giraldin, 2022). Por fim, o subtema *Narrativas de resistência e luta* (16 ocorrências) evidencia que a defesa do território e a reconstrução de modos de vida operam como pedagogias de resistência, transmitindo valores coletivos e reafirmando o território como base sagrada e política da existência, e não apenas como recurso (Medeiros; Ramires, 2022; Zaks; Silva, 2017).

Diante do exposto, o tema indica que identidade, memória e resistência constituem dimensões interconectadas para a continuidade física e cultural dos povos indígenas. Em contextos de violência colonial histórica e contemporânea, a afirmação identitária não se limita

a uma relação com o passado, mas se apresenta como estratégia de sobrevivência e projeto de futuro. A memória biocultural, as línguas indígenas, os rituais e as narrativas de resistência configuram patrimônios imateriais cuja proteção e valorização são centrais para a manutenção dos modos de vida e defesa territorial.

4. Práticas de manejo territorial e ambiental indígena

Este tema reúne práticas e estratégias de gestão territorial desenvolvidas por povos indígenas para conservação, uso sustentável e a regeneração de ecossistemas, incluindo técnicas tradicionais, adaptações locais e inovações contemporâneas de gestão ambiental. O tema apresentou recorrência em 28 (73,6%) estudos.

O subtema *Uso do fogo como ferramenta de manejo* (15 ocorrências) é descrito como prática planejada e ecologicamente informada, associada a calendários ecológicos e à criação de mosaicos na paisagem, com efeitos sobre heterogeneidade de habitats, biodiversidade e a prevenção de incêndios de grande magnitude. Nesse debate, os estudos também problematizam a criminalização generalizada do fogo, que desconsidera o caráter controlado e situado dessas queimadas (Welch *et al.*, 2013; Welch, 2014). O subtema *Gestão de territórios de caça e pesca* (18 ocorrências) refere-se a regras e acordos comunitários que regulam a extração no espaço e no tempo, incluindo rotação de áreas, observância de períodos reprodutivos, limites de captura e partilha. Essa gestão mobiliza conhecimentos sobre a fauna e a dinâmica de ambientes aquáticos, frequentemente articulados a dimensões cosmológicas e ao caráter sagrado das águas (Constantino, 2015; Tito; Silva; Giralдин, 2022).

O subtema *Agricultura tradicional e sistemas agroflorestais* (12 ocorrências) integra segurança alimentar, recuperação de solos e diversidade biológica, e nos estudos, aparece em contraste com monoculturas e pressões do agronegócio. As práticas incluem bancos de sementes, adubação verde, sistemas diversificados e ações de restauração, com destaque para iniciativas que articulam sustentabilidade, autonomia econômica e continuidade cultural (Guimarães, 2018; Barbosa *et al.*, 2017). Por fim, o subtema *Gestão de resíduos sólidos em contexto de mudança* (8 ocorrências) evidencia desafios mais recentes associados à introdução de materiais não orgânicos nas Terras Indígenas, demandando soluções culturalmente adequadas que combinem organização comunitária, educação ambiental, parcerias para reciclagem e

responsabilização institucional, os estudos interpretam esse problema como expressão de impactos do consumo industrial sobre territórios indígenas (Cornélio *et al.*, 2019).

Em síntese, o tema evidencia que as práticas de manejo territorial e ambiental indígena se apoiam em conhecimentos ecológicos tradicionais, são ajustadas às condições locais e se articulam à diversidade de biomas. Parte da literatura recente descreve resultados associados à conservação da biodiversidade, à manutenção de funções ecossistêmicas e ao fortalecimento da resiliência socioecológica, indicando a relevância de reconhecer e apoiar essas práticas no âmbito de políticas de conservação e desenvolvimento sustentável.

5. Conflitos socioambientais e injustiças territoriais

Este tema reúne ameaças, violações de direitos e impactos negativos sobre territórios indígenas associados a projetos desenvolvimentistas, à expansão agropecuária, a políticas públicas inadequadas e à omissão estatal, além de processos históricos de expropriação territorial e de violências contemporâneas. O tema apresentou uma recorrência em 26 (68,4%) estudos.

O subtema *Grandes projetos de infraestrutura* (14 ocorrências) aparece como vetor de ruptura territorial e cultural, incluindo hidrelétricas, rodovias, linhas de transmissão e mineração e outros empreendimentos frequentemente impostos sem consulta prévia, livre e informada. Os estudos associam esses processos a perdas materiais e simbólicas e a cenários de injustiça ambiental, nos quais memória e educação ambiental são mobilizadas como estratégias de resistência (Almeida; Domingues, 2024; Louzada *et al.*, 2022; Mattos *et al.*, 2013). Em articulação, o subtema *Pressões do agronegócio e o desmatamento* (16 ocorrências) constitui outro núcleo recorrente, com ênfase na conversão de territórios tradicionais em monoculturas, no confinamento territorial e na intensificação de invasões e atividades ilegais, como extração de madeira, garimpo e grilagem. Ao mesmo tempo, parte da literatura destaca o papel das Terras Indígenas na contenção de perdas de vegetação nativa quando comparadas aos seus entornos (Zaks; Silva, 2017; Melo; Silva; Santos Filho, 2022).

O subtema *Omissão e inadequação de políticas públicas* (12 ocorrências) evidencia que a fragilidade institucional, tanto na demarcação e proteção territorial, quanto na implementação de políticas educacionais específicas e interculturais, atua como componente estruturante da vulnerabilidade, produzindo descontinuidades, restrição de recursos e interferências que

comprometem direitos formalmente reconhecidos (Zaks; Silva, 2017; Guimarães, 2018; Campani, 2024; Mattos *et al.*, 2013). Por fim, o subtema *Violências e discriminação* (11 ocorrências) sintetiza os efeitos mais extremos dessas disputas, destacando crises humanitárias, racismo ambiental e padrões de violência que atingem pessoas, comunidades e ambientes. Os estudos citam, entre outros exemplos, a crise *Yanomami* e narrativas de longa duração de violações associadas ao ecocídio e genocídio em contextos de conflito territorial (Leal Filho *et al.*, 2024; Zaks; Silva, 2017).

Desta forma, este tema evidencia que a experiência indígena contemporânea no Brasil permanece atravessada por violências sistemáticas inscritas em processos históricos de colonização e expropriação territorial. A literatura sugere que agendas de justiça socioambiental exigem não apenas o reconhecimento formal de direitos, mas mudanças estruturais nas relações de poder que sustentam essas violações. Nesse quadro, a resistência indígena, mobilizando memória, educação intercultural e ação política, reafirma a centralidade da segurança territorial para a proteção da dignidade humana e da biodiversidade frente a dinâmicas predatórias associadas ao capital.

6. Protagonismo indígena e gestão territorial autônoma

Este tema aborda processos de organização política, fortalecimento institucional e construção de autonomia por povos indígenas para a gestão de seus territórios. Inclui a elaboração de planos de gestão, a articulação com políticas públicas, parcerias estratégicas e a afirmação de direitos territoriais. Apresentou recorrência em 22 (57,9%) estudos.

O subtema *Planos de gestão territorial e ambiental* (PGTAs) (16 ocorrências) aparece como instrumento de planejamento participativo que sistematiza conhecimentos tradicionais, define prioridades de uso e conservação, formaliza acordos comunitários e orienta relações com atores externos. Nos estudos, os PGTAs são descritos não apenas como produtos técnicos, mas como dispositivos político-organizativos de afirmação de soberania e de projetos de futuro, incluindo experiências que os denominam “plano de vida” e ampliam seus eixos para além do manejo ambiental (Gonçalves, 2020; Linke *et al.*, 2020). Em articulação, o subtema *Organização política e o associativismo indígena* (12 ocorrências) é apresentado como base operacional para captação de recursos, estabelecendo parcerias, representação em instâncias decisórias e monitoramento de

políticas públicas, fortalecendo a autodeterminação e a governança interna em contextos de pressão territorial (Campani, 2024; Linke *et al.*, 2020; Melo *et al.*, 2022).

O subtema *Parcerias e coprodução de conhecimento* (10 ocorrências) destaca arranjos colaborativos entre comunidades, universidades e instituições públicas voltadas à construção de relações mais horizontais entre conhecimentos indígenas e científicos. Nesse conjunto, os estudos enfatizam que a legitimidade e a efetividade de políticas ambientais e climáticas dependem do reconhecimento de epistemologias indígenas, da valorização de oralidades e da construção conjunta de diagnósticos e soluções (Cochran *et al.*, 2016; Matuk *et al.*, 2020). Por fim, o subtema *Vigilância e fiscalização territorial* (9 ocorrências) é descrito como estratégia adaptativa de autodefesa e proteção coletiva, conduzida por agentes indígenas e voltada à prevenção de invasões, desmatamento e extração ilegal de recursos. Ao mesmo tempo, a literatura aponta limitações estruturais e riscos associados à ausência de apoio governamental, à violência e a marcos legais inadequados que podem criminalizar práticas tradicionais de manejo (Ayres; Antikeira; Brando, 2023; Melo; Silva; Constantino, 2015; Santos Filho, 2022).

Nesse sentido, o tema ressalta que os povos indígenas atuam como agentes centrais na formulação de alternativas de gestão territorial, mobilizando instrumentos de planejamento, organização política, parcerias e vigilância comunitária. Essas estratégias fortalecem a autonomia e a resistência territorial e demandam condições de implementação, como recursos, reconhecimento político e respeito a protocolos comunitários, relevantes para agendas de justiça socioambiental e conservação da biodiversidade.

7. Mudanças climáticas e justiça climática

Este tema aborda percepções, impactos e respostas indígenas às mudanças climáticas em escalas local e global. Inclui observações de alterações ambientais, vulnerabilidades específicas de comunidades indígenas e reivindicações por justiça climática, reconhecendo a desproporção entre baixa responsabilidade histórica pelas emissões e alta exposição a riscos e impactos. O tema apresentou recorrência em 12 (31,6%) estudos.

O subtema *Percepções indígenas sobre mudanças climáticas* (10 ocorrências) reúne interpretações que articulam observações ecológicas a mudanças em regimes de chuva, fenologia, fauna e eventos extremos, além de leituras cosmológicas do desequilíbrio. Os estudos associam a crise climática a rupturas na relação entre humanos e natureza e à intensificação de

pressões externas sobre territórios e modos de vida (Cochran *et al.*, 2016; Zaks; Silva, 2017; Medeiros; Ramires, 2022; Nascimento; Medeiros, 2024b, c). Em paralelo, o subtema *Vulnerabilidades e impactos específicos* (8 ocorrências) evidencia que os efeitos climáticos se agravam quando atravessados por desigualdades históricas e omissões institucionais, resultando em insegurança alimentar e hídrica, crises sanitárias, contaminação e desarticulação de práticas culturais e espirituais. Nessa perspectiva, a vulnerabilidade é tratada como condição multidimensional, produzida na interseção entre clima, território e injustiça socioambiental (Leal Filho *et al.*, 2024; Cochran *et al.*, 2016; Medeiros; Ramires, 2022; Nascimento; Medeiros, 2024).

O subtema *Adaptações e resiliência indígena* (7 ocorrências) enfatiza respostas autônomas baseadas em conhecimentos ecológicos tradicionais, incluindo ajustes de calendários agrícolas, diversificação de cultivos, seleção de variedades resistentes, manejo hídrico e fortalecimento de redes de reciprocidade. Ao mesmo tempo, a literatura reconhece limites estruturais relacionados ao confinamento territorial, à degradação de ecossistemas e à ausência de apoio governamental. Nos estudos, a resiliência é descrita como uma combinação entre práticas de manejo, estratégias políticas (proteção e/ou retomada territorial) e continuidade cosmológica e espiritual vinculada à manutenção do equilíbrio nos territórios (Cochran *et al.*, 2016; Nascimento; Medeiros, 2024). Por fim, o subtema *Reivindicações por justiça climática* (6 ocorrências) mobiliza uma agenda ético-política que inclui reparação histórica, respeito à autonomia territorial, participação efetiva em políticas climáticas e justiça epistêmica. Os estudos destacam a assimetria que expõe povos originários a riscos intensificados e defendem a valorização de conhecimentos e lideranças indígenas como componente necessário ao enfrentamento ao colapso socioambiental (Louzada *et al.*, 2022; Medeiros; Ramires, 2022; Nascimento; Medeiros, 2024; Zaks; Silva, 2017).

Nesse contexto, o tema explicita que as mudanças climáticas constituem ameaça crescente aos povos indígenas, com repercussões para segurança alimentar, disponibilidade hídrica, saúde e continuidade sociocultural. A literatura também evidencia respostas de adaptação e resistência articuladas a conhecimentos ecológicos tradicionais, memória biocultural e espiritualidade. Nesse contexto, agendas de justiça climática são associadas ao reconhecimento de direitos territoriais, à participação efetiva em políticas climáticas e à responsabilização diferenciada dos principais agentes emissores e beneficiários das dinâmicas que sustentam a crise.

Os sete temas indicam forte articulação entre epistemologias indígenas e conhecimentos ecológicos tradicionais, que sustentam processos identitários e estratégias de resistência dos povos originários (Welch, 2014; Padilha *et al.*, 2020). A transmissão intergeracional desses saberes, amparada pela oralidade e pela memória biocultural, opera como prática viva de aprendizagem e orientação territorial, associada a calendários ecológicos e ontologias relacionais que contribuem para a continuidade física e cultural em territórios sob pressão (Cochran *et al.*, 2016; Mattos *et al.*, 2013). Nesse conjunto, os estudos descrevem formas de relação com a natureza baseadas em reciprocidade e comunicação entre humanos e seres não humanos, deslocando concepções naturalizadas de “natureza” e de território (Welch, 2014; Gisloti *et al.*, 2025).

A *Educação Ambiental Intercultural e Decolonial*, por sua vez, aparece como dimensão formativa e política ao problematizar modelos pedagógicos colonizadores e eurocêntricos e ao valorizar a educação escolar indígena diferenciada e aprendizagens situadas no território (Almeida; Domingues, 2024; Maciel *et al.*, 2017; Nascimento; Medeiros, 2024c; Padilha *et al.*, 2020;). Nessa perspectiva, a educação ambiental se vincula à justiça epistêmica ao integrar conhecimentos ancestrais à formação de sujeitos capazes de ler criticamente desigualdades socioambientais e atuar com maior autonomia na gestão de recursos e na defesa territorial (Louzada *et al.*, 2022; Silva; Filgueira, 2020).

Essa base epistemológica e formativa se expressa em práticas de manejo territorial e ambiental, incluindo o uso planejado do fogo, a conservação da agrobiodiversidade, acordos comunitários de pesca e instrumentos como mapas sociais (Welch *et al.*, 2013; Franco Moraes *et al.*, 2023; Gonçalves, 2020). Essas práticas se articulam ao protagonismo político e à gestão territorial autônoma, com destaque para os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), compreendidos na literatura como instrumentos técnico-políticos de planejamento, pactuação comunitária e interlocução com atores externos (Linke *et al.*, 2020; Brasil, 2012). Em algumas experiências, os PGTAs são descritos como “planos de vida” e incluem eixos que extrapolam o manejo ambiental, incorporando prioridades como vigilância territorial, soberania alimentar e continuidade cultural (Barbosa *et al.*, 2017; Linke *et al.*, 2020).

Ao mesmo tempo, esses processos de autonomia se desenvolvem sob a pressão de conflitos socioambientais e injustiças territoriais. Projetos de infraestrutura, expansão do agronegócio, mineração ilegal e omissão estatal na demarcação de terras são associados a cenários de violência e racismo ambiental que comprometem a sustentabilidade das

comunidades. (Ayres *et al.*, 2023; Louzada *et al.*, 2022; Zaks; Silva, 2017). Nesse contexto, as mudanças climáticas aparecem como fator que intensifica vulnerabilidades históricas, com impactos sobre ciclos ecológicos e práticas socioculturais. Parte dos estudos registra interpretações cosmológicas que relacionam o desequilíbrio climático a formas dominantes de exploração e degradação da natureza (Leal Filho *et al.*, 2024; Melo *et al.*, 2022).

Considerando o conjunto do *corpus*, os achados sugerem que agendas de justiça climática se articulam à segurança territorial e ao reconhecimento de epistemologias do Sul, especialmente quando reivindicam reparação histórica, demarcação, segurança hídrica e alimentar, acesso a serviços climáticos e respeito à diversidade cultural (Medeiros; Ramires, 2022; Nascimento; Medeiros, 2024b; Cochran *et al.*, 2016; Zaks; Silva, 2017). Nesse sentido, a literatura aponta que a integração entre saberes tradicionais, educação ambiental intercultural e instrumentos de gestão territorial compõe uma via importante para fortalecer alternativas de enfrentamento à crise socioambiental e sustentar projetos de bem viver nos territórios indígenas (Medeiros; Ramires, 2022; Padilha *et al.*, 2020).

A análise do *corpus* evidencia que, apesar do avanço da produção científica, persistem lacunas relevantes. A primeira refere-se ao manejo de resíduos sólidos em contextos indígenas, tema ainda pouco explorado na literatura, em consonância com a baixa prioridade histórica atribuída ao saneamento em políticas públicas voltadas a esses territórios (Cornélio *et al.*, 2019; Lima *et al.*, 2023). Outra lacuna diz respeito ao acompanhamento de longo prazo da Política Nacional de Gestão Territorial Indígenas (PNGATI) e, sobretudo, à avaliação sistemática de efeitos e alcances sociopolíticos dos PGTAs. Os estudos apontam fragilidades institucionais na aferição de eficácia, na continuidade do monitoramento e na estabilidade dos arranjos entre atores envolvidos, o que limita inferências sobre a sustentabilidade dessas políticas e instrumentos ao longo do tempo (Linke *et al.*, 2020). Por fim, destaca-se a necessidade de aprofundar análises sobre a expansão de lógicas de consumo e da cultura do capital e seus impactos sobre novas gerações, especialmente no que se refere ao envolvimento de jovens em processos de transmissão de saberes ancestrais diante de pressões socioculturais contemporâneas (Maciel *et al.*, 2017; Fernandes *et al.*, 2022).

Nas recomendações, os estudos convergem ao afirmar que a efetividade de políticas socioambientais depende da garantia de autonomia e demarcação territorial, tratadas como condições estruturantes para justiça climática e proteção da memória biocultural (Medeiros;

Ramires, 2022; Zaks; Silva, 2017; Gislotti *et al.*, 2025). Também se destaca a necessidade de financiamento contínuo e assistência técnica qualificada para a implementação dos PGTA, assegurando que prioridades sejam definidas pelas próprias comunidades e que os planos operem como instrumentos de planejamento e fortalecimento da gestão territorial autônoma (Barbosa *et al.*, 2017; Guimarães, 2018; Linke *et al.*, 2020).

Outra recomendação recorrente é a institucionalização de práticas de justiça epistêmica, com participação efetiva de povos indígenas na formulação de estratégias de mitigação e adaptação climática, reconhecendo epistemologias indígenas e formas próprias de produção e transmissão do conhecimento (Matuk *et al.*, 2020; Medeiros; Ramires, 2022). Por fim, os estudos apontam a urgência de políticas de saneamento e gestão de resíduos culturalmente adequadas, integradas a processos de educação ambiental intercultural que reconheçam o território como espaço vital de aprendizagem e de fortalecimento cultural, ambiental e político (Silva; Figueira, 2020; Nascimento; Medeiros, 2024c; Louzada *et al.*, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos indígenas no Brasil enfrentam um contexto paradoxal: de um lado, cresce o reconhecimento internacional de seu papel na conservação da biodiversidade e no enfrentamento das mudanças climáticas; de outro, intensificam-se ameaças a seus territórios, direitos e vidas. No cenário recente, crises humanitárias, conflitos fundiários e invasões de Terras Indígenas associadas ao garimpo e ao desmatamento ilegal ilustram a persistência do racismo ambiental e de padrões de violência que atravessam as relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas.

Nesse contexto, ao sintetizar 38 estudos publicados entre 2012 e 2025, esta revisão sistematiza evidências sobre povos indígenas, educação ambiental e gestão territorial no Brasil, contribuindo para organizar o campo, evidenciar convergências temáticas e identificar sete temas e seus respectivos subtemas, além de explicitar lacunas, recomendações e desafios contemporâneos relacionados à justiça socioambiental e à governança territorial. Ademais, ao documentar conhecimentos, práticas e formas de resistência, o *corpus* analisado torna visíveis injustiças e violações, subsidia debates e políticas públicas e fortalece a valorização de epistemologias indígenas e a descolonização epistemológica, ao reconhecer os povos indígenas como atores e produtores de conhecimento.

A análise temática indicou a centralidade dos conhecimentos ecológicos tradicionais e das epistemologias indígenas, articuladas a processos identitários, à memória biocultural e às práticas de manejo e gestão territorial. A educação ambiental intercultural e decolonial emerge como dimensão formativa e política, conectando escola diferenciada e aprendizagens situadas no território. Os estudos analisados indicam que conhecimentos ecológicos tradicionais são relevantes na interpretação de ciclos ambientais e na construção de estratégias de adaptação às mudanças climáticas. Além disso, evidenciam que conflitos socioambientais e injustiças territoriais condicionam a efetivação de instrumentos como os PGTA e tensionam a sustentabilidade comunitária, enquanto as mudanças climáticas tendem a intensificar vulnerabilidades históricas, com impactos sobre ciclos ecológicos e práticas socioculturais.

Dessa forma, o reconhecimento de epistemologias indígenas, a garantia de direitos territoriais, o apoio à gestão territorial autônoma e a participação efetiva de povos indígenas na formulação de políticas ambientais e climáticas não se restringem a demandas de justiça socioambiental. Conforme o *corpus* analisado sugere, essas dimensões compõem condições estruturantes para enfrentar a crise ecológica contemporânea em bases socialmente mais justas e ecologicamente sustentáveis, especialmente quando articuladas a ações de demarcação, proteção territorial e justiça epistêmica.

25

Apesar dos avanços identificados na literatura analisada, persistem lacunas importantes no campo de pesquisa. Observa-se a necessidade de ampliar estudos conduzidos em parceria com comunidades indígenas, fortalecer abordagens participativas e aprofundar análises sobre os impactos das mudanças climáticas nos territórios indígenas em escalas locais. Além disso, futuros estudos podem contribuir ao avaliar a implementação de instrumentos de gestão territorial, como os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), bem como suas interfaces com políticas públicas de educação ambiental e governança socioambiental.

Nesse sentido, fortalecer políticas públicas que reconheçam e apoiem a gestão territorial indígena, bem como iniciativas de educação ambiental intercultural, constitui dimensão necessária para promover justiça socioambiental, conservação da biodiversidade e respeito à diversidade cultural no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. P. G.; DOMINGUES, A. S. Educação, cultura e meio ambiente: vivências da/na comunidade indígena Assuriní do Trocará na Amazônia Tocantina – Brasil. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 1, p. 1227-1243, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n1-064>.

AYRES, A. D.; ANTIQUEIRA, L. M. O. R.; BRANDO, F. DA R. Percepção de indígenas Kaingang acerca da política ambiental no Brasil no século XXI. **Ambiente & Sociedade**, v. 26, p. e00731, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc202100731v1u2023L2AO>.

BARBOSA, A. R.; MENDES, M.; GOMES, M. H.; RIBEIRO NETO, L. J. Aspectos de sustentabilidade dos sistemas tradicionais dos povos indígenas Paiter Suruí: social, cultural, ambiental e econômico. **Tellus**, Campo Grande, MS, n. 33, p. 51-70, maio/ago. 2017.

BARROS, K. C. T.; OAIGEN, E. R. Percepções dos indígenas da comunidade indígena Malacacheta em relação ao ambiente. **Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, v. 1, n. 1, p. 1-26, 2014.

BERGAMASCHI, M. A.; SOUSA, F. B. Territórios etnoeducacionais: ressitando a educação escolar indígena no Brasil. **Pro-Posições**, v. 26, n. 2, pp. 143-161, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201507709>.

BRASIL. **Desastres socioambientais e mudanças climáticas: aspectos doutrinários**. Conselho Nacional do Ministério Público. 2. ed. Brasília: CNMP, 2024. 778 p.

BRASIL. **Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012**. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 de junho de 2012.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. DOI: [10.1191/1478088706qpo630a](https://doi.org/10.1191/1478088706qpo630a).

CAMPANI, G. Educação Indígena no Brasil - O Caso do Povo Nu em Nova Esperança: Transição para o Trabalho e Sustentabilidade. **Ciências Sociais**, v. 13, p. 481, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/socsci13090481>.

CAVALLO, G. A. Conhecimentos ecológicos indígenas e recursos naturais: a descolonização inacabada. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 94, 373-390. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142018.3294.0024>.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil, dados de 2022**. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/07/relatorioviolencia2022/#:~:text=Em%202022%2C%20intensifica%20C3%A7%C3%A3o%20da%20viol%C3%Aancia,e%20ataques%20a%20direitos%20%7C%20Cimi>. Acesso em: 10 dez. 2025.

COCHRAN, F. V.; BRUNSELL, N. A.; CABALZAR, A.; VANDER VELD, P.; AZEVEDO, E.; AZEVEDO, R. A.; PEDROSA, R. A.; WINEGAR, L. J. Indigenous ecological calendars define scales for climate change and sustainability assessments. **Sustainability Science**, v. 11, p. 69–89, 2016. DOI:10.1007/s11625-015-0303-y.

CONSTANTINO, P. A. L. Dynamics of hunting territories and prey distribution in Amazonian Indigenous Lands, **Applied Geography**, v. 56, p. 222–231, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2014.11.015>.

CORNÉLIO, I.; MOURA, G. S.; STOFFEL, J.; MUELBERT, B. Estudo dos resíduos sólidos domésticos da terra indígena Rio das Cobras no município de Nova Laranjeiras, Paraná. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 2, p. 575–584, abr./jun. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.voio.1698>.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

DONTHU, N.; KUMAR, S.; MUKHERJEE, D.; PANDEY, N.; LIM, W. M. How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v. 133. P. 285–296, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.04.070>.

FALCÃO, M. T.; OLIVEIRA, S. K. S.; GALDINO, L. K. A. Conhecimento tradicional dos Ingarikó - Terra Indígena Raposa Serra do Sol - Roraima e as estratégias para sobrevivência. **Revista da Casa da Geografia**, Sobral, v. 18, n. 2, p. 5–19, set. 2016.

27

FERNANDES, L. M.; VISCHER, A. M.; COUTO, H. T. Z.; MARCUSO, G. M.; RIGHI, C. A. Agricultura indígena no início do século XXI: a minoria Guarani Mbyás conserva o conhecimento étnico e a agrobiodiversidade nos remanescentes da Mata Atlântica brasileira. **Sistema Agroflorestais**, São Paulo, v. 96, p. 1211–1224, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10457-022-00780-5>.

FRANCO-MORAES, J.; BRAGA, L. V.; CLEMENT, C. R. The Zo'é perspective on what scientists call “forest management” and its implications for floristic diversity and biocultural conservation. **Ecology and Society**, v. 28, n. 1, p. 37, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5751/ES-13711-280137>.

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas**: orientações para elaboração. Brasília: FUNAI, 2013.

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas do Brasil**: estratégias para apoiar o bem viver, culturas, florestas e paisagens sustentáveis. Brasília, DF, 2023.

GALDINO, L. K. A.; SILVA, E. V.; FALCÃO, M. T.; PINHEIRO, M. N. M.; OLIVEIRA, S. K. S. A questão indígena em Roraima: análise socioambiental na comunidade Boca da Mata na Terra Indígena São Marcos. **Revista Eletrônica Ambiente**, v. 6, p. 81–89. 2019.

GISLOTI, L.; PAVÃO, S.; PEDRO, M.; MONFORT, G. Guardians of biodiversity: unraveling Guarani-Kaiowá biocultural memories and ecological wisdom in Atlantic rainforests. **Ecology and Society**, n. 30, v. 1, p. 15. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5751/ES-15823-300115>.

GOHN, M. G. O movimento dos povos originários indígenas no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 12, p. 1-33, 2024. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.986>.

GONÇALVES, A. F. Mapas sociais: subsídios para a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental potiguara. **Revista Brasileira de História & Ciências sociais**, v. 12, n. 23, p. 104-127, 2020.

GUIMARÃES, V. M. B. A escola e o renascimento da terra: educação na terra indígena Te'ýikue. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 13, n. 2, p. 82-100, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol13.n2.p82-100>.

GUIMARÃES, M. G.; HENKES, J. A. Gestão ambiental em terra indígena: planejamento ambiental para a aldeia Guarani Mbiguaçu. **Revista de Gestão Sustentável Ambiental**, v. 1, n. 2, p. 257-281, 2012.

HIGGINS, J. P. T.; THOMAS, J.; CHANDLER, J.; CUMPSTON M., Li T.; PAGE, M. J., et al. **Manual Cochrane para Revisões Sistemáticas de Intervenções**. Versão 6.5. Cochrane, 2024. Disponível em: www.cochrane.org/handbook. Acesso em: 10 dez. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Povos indígenas 2022: primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/periodicos/3103/cd_2022_indigenas.pdf. Acesso em: 27 jan. 2026.

ISA – Instituto Socioambiental. **Desmatamento em Terras Indígenas: Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal**. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/desmatamento-em-terras-indigenas-caatinga-mata-atlantica-pampa-e-pantanal>. Acesso em: 25 jan. 2026.

JESUS, Y. L. Diálogos interculturais e pedagogias decoloniais em meio a problemas socioambientais: compreensão de natureza a partir de saberes e práticas tradicionais indígenas. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v. 12, p. 1-17, 2025. DOI: <https://doi.org/10.47401/revisea.v12.22534>.

KARINO, M. E.; FELLI, V. E. A. Enfermagem baseada em evidências: avanços e inovações em revisões sistemáticas. **Ciência Cuidado e Saúde**, v. 11, p. 011-015, 2012. DOI: [10.4025/ciencucuidsaude.v11i05.17048](https://doi.org/10.4025/ciencucuidsaude.v11i05.17048).

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

LAZOS-CHAVERO, E.; PAWLOWSKA-MAINVILLE, A.; GONZÁLEZ-JIMÉNEZ, D.; CANTÚ-FERNÁNDEZ, M.; ATHAYDE, S. Philosophies of good living and values of nature: power and uncertainties in decision-making to achieve social-environmental justice in the Americas. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 63, p. 101304, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2023.101304>.

LEAL FILHO, W., MARTINELLI, Y., DINIS, M. A. P., ROSA, C., MESSIAS, C. G. Climate change and environmental degradation in Yanomami People's Land: intersectional threats and the need for improved policy-making. **Environmental Science and Policy**, n. 162, 2024. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2024.103931>.

LIMA, A. A.; RIBEIRO, F. D.; SILVA, M. R. C.; SANTOS, D. A. V.; MELO, M. Descarte de resíduos sólidos em Terras Indígenas e Educação Ambiental: as estratégias do povo Gavião lidar com o lixo na Amazônia. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 18, n. 5, p. 431-444, 2023. DOI: <https://doi.org/10.34024/revbea.2023.v18.15301>.

LINKE, I. V.; APALEI, C. A.; VIEIRA, I. C. G.; SANTOS JR., R. A. Gestão territorial e ambiental nas terras indígenas do Rio Paru de Leste: um desafio coletivo no norte da Amazônia brasileira. **Sustainability in Debate**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 67-82, abr. 2020. DOI: [10.18472/SustDeb.v11n1.2020.19804](https://doi.org/10.18472/SustDeb.v11n1.2020.19804).

LOPES, M.; NODA, H. O manejo ambiental em Nova Aliança, Alto Solimões: memórias do passado e reflexos no presente. **Mundo Amazônico**, v. 13, n. 2, p. 51-76, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15446/ma.v13n2.91267>.

LOUZADA, A. F.; SILVA, D. S.; SOUZA, R. C.; SILVA, W. G. A. S. Educação ambiental: um relato de experiência na comunidade indígena Assuriní, município de Tucuruí (PA). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 28, n. 1, p. 28-53, 2022. DOI: <https://doi.org/10.34024/revbea.2022.v17.12744>.

MACIEL, A. N. de C.; LANDIM NETO, F. O.; SILVA, E. V. Educação Ambiental crítica aplicada à compreensão dos problemas da Terra Indígena Lagoa da Encantada: proposições no âmbito escolar a partir da percepção dos membros-chave da etnia Jenipapo Kanindé, Aquiraz, Ceará – Brasil. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 34, n. 2, p. 256-274, maio/ago. 2017.

MATTOS, M. L. B.; COSTA MATTOS, P. H.; CARNIELLO, M. F.; ARAÚJO, E. A. S. O povo indígena Javaé da ilha do Bananal-TO: uma análise sobre o desenvolvimento dessas comunidades. **Revista Cereus, Gurupi**, v. 5, n. 3, p. 101-116, set./dez. 2013.

MATUK, F. A.; BEHAGEL, J. H.; SCHAEFER, C. E. G. R.; DUQUE-BRASIL, R.; TURNHOUT, E.; HAVERROTH, M. Allying knowledge integration and co-production for knowledge legitimacy and usability: The Amazonian SISA policy and the Kaxinawá Indigenous people case. **Environmental Science & Policy**, v. 112, p. 1-9, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2020.04.018>.

- MEDEIROS, H. Q.; RAMIRES, L. C. Contribuição dos saberes Kaiowá e Guarani da Reserva Indígena Te'yikue em Mato Grosso do Sul para a Educação Ambiental e Justiça Climática. **Revista Ambiente & Educação**, v. 27, n. 2, 2022.
- MELO, M. H. F.; SILVA, F. B.; SANTOS FILHO, O. O. Conhecimento indígena, sistema de manejo e mudanças ambientais na região de transição Amazônia-Cerrado. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 59, p. 1-22, 2022. DOI: 10.5380/dma.v59io.72964.
- MONZILAR, E. B. Território Umutina: Vivências e Sustentabilidade. **Revista de Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 14, n. 34, p. 122-143, out./dez. 2018. DOI: 10.3895/rts.v14n34.7265.
- NARDOQUE, S.; MELO, D. S. A questão agrária e seus desdobramentos na retomada indígena dos territórios tradicionais em Mato Grosso do Sul. **Revista Nera**, v. 23, n. 52, p. 90-109, 2020.
- NASCIMENTO, E. C. M.; MEDEIROS, H. Q. As memórias socioambientais da etnia terena e a relação com a educação ambiental. **Revista Fitos**, n. 2, p. e1464, 2024a. DOI: <https://doi.org/10.32712/2446-4775.2023.1464>.
- NASCIMENTO, E. C. M.; MEDEIROS, H. Q. Justiça climática: como as mudanças do clima vêm afetando a vida da etnia Terena do município de Aquidauana - MS. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 41, n. 2, p. 145-163, 2024b.
- NASCIMENTO, E. C. M.; MEDEIROS, H. Q. Os mitos indígenas Terena em diálogo com a Educação Ambiental. **Ambiente & Educação**, v. 29, n. 3, 2024c.
- OUZZANI, M.; HAMMADY, H.; FEDOROWICZ, Z.; ELMAGARMID, A. Rayyan - a web and mobile app for systematic reviews. **Systematic Reviews**, v. 5, n. 210, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4>.
- PADILHA, R.; YXAPYRY, K.; CASSIANI, S. Guaraniização da educação em ciências: caminhos para o bem viver no envolvimento com a comunidade do Morro dos Cavalos. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v. 7, número especial, p. 1-14, 2020.
- PAGE, M.J.; MCKENZIE, J. E.; BOSSUYT, P. M.; BOUTRON, I.; HOFFMANN, T. C. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **The BMJ**, v. 372, n. 2021, p. 1-9, 2021. DOI: 10.1136/bmj.n71.
- PETTICREW, M.; ROBERTS, H. **Systematic reviews in the social sciences: a practical guide**. 1. ed. Malden: Blackwell Publishing Professional, 2006. 336 p.
- ROCHA, F.; SCHEUER, M. J.; PONCE, F. S.; SILVA, I. V.; SELUCHINESK, R. D. Estrutura socioprodutiva do povoado Kawaiwete e a relação com as bondades da natureza. **Revista Geográfica Venezuelana**, v. 63, n. 2, p. 206-218, 2022.

- RODRIGUES, E. S.; DURAN, M. R. C. A interculturalidade crítica decolonial como alternativa para uma educação escolar indígena diferenciada e intercultural. **Revista Nanduty**, v. 12, n. 19, p. 155-177, 2024. DOI: <https://doi.org/10.30612/nty.v12i19.18807>.
- SANTOS, B. S. **Epistemologies of the South: justice against epistemicide**. Porto: Afrontamento, 2018. 426 p.
- SCANAVACA, R. P. Interculturalidade e educação ambiental: Uma relação com os Guarani Mbya do Morro dos Cavalos. **Revista Bio-grafia**, n. extraordinário, 2022.
- SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L.; **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001.
- SILVA, M. D.; FEARNSTIDE, P. M. Brasil: environment under attack. **Environmental Conservation**, v. 49, n. 4, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0376892922000364>.
- SILVA, V. P.; FILGUEIRA, P. V. S. Diagnóstico rural participativo para avaliar a sustentabilidade da comunidade indígena Catu, Rio Grande do Norte, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. 1-26, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.3791>.
- SOARES, L. B.; COSTA, C. C.; FONSECA, M. B.; COSTA, V. A. Fatores explicativos das demarcações de terras indígenas: uma revisão de literatura. **BIB**, n. 96, p. 1-24, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17666/bib9601/2021>.
- TITO, M. C. P. S.; SILVA, J. C.; GIRALDIN, O. Espaços de interações e cosmologia do povo Iny/Javaé na ilha do Bananal. **Revista Etnobiología**, v. 20, n. 3, p. 14-30, 2022.
- WELCH, J. R. Xavante Ritual Hunting: Anthropogenic Fire, Reciprocity, and Collective Landscape Management in the Brazilian Cerrado. **Human Ecology**, v. 42, p. 47-59, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10745-013-9637-1>.
- WELCH, J. R.; BRONDÍZIO, E. S.; HETRICK, S. S.; COIMBRA JR, C. E. A. Indigenous Burning as Conservation Practice: Neotropical Savanna Recovery amid Agribusiness Deforestation in Central Brazil. **PLoS ONE**, v. 8, n. 12, p. e81226, 2013. DOI: [10.1371/journal.pone.0081226](https://doi.org/10.1371/journal.pone.0081226).
- ZAKS, A. J. B. F.; SILVA, A. T. R. Narrativas de resistência: ensinamentos do caso Guarani e Kaiowá para uma Educação Ambiental Intercultural. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, Edição especial, p. 150-169, set. 2017.